

**INTERVENÇÃO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS, GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS,
NO DEBATE (*) «UM MODELO DE ESTADO SOCIAL PARA O
FUTURO».
DA CONFERÊNCIA “ESTADO SOCIAL QUE FUTURO?”**

**Lisboa, Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, 24 de
Janeiro de 2013**

Iniciativa da Antena1/Universidade de Lisboa

O Estado Social é uma conquista dos tempos modernos.

É impensável dizer que o Estado Social deixará de existir. Mas não se deve usar o argumento do Estado Social para justificar a ineficiência. Importa não esquecer a justiça.

A reforma do Estado é necessária, não é uma questão ideológica ou uma imposição externa.

Isto obriga a discutir constantemente a eficácia da sua dimensão social, procurando as políticas públicas capazes de executar a sua missão mas evitando cortes cegos. O Estado social deve ser mais eficiente e racional na gestão dos recursos escassos porque as receitas do estado não chegam para alimentar as heranças do passado.

Um Estado social modesto e sóbrio significa a prevalência da justiça tributária, da eficiência fiscal, do respeito pelo contribuinte, da igualdade de oportunidades e da correção das desigualdades – com prioridade dada à avaliação rigorosa da qualidade dos serviços públicos de interesse geral, em especial nos domínios da educação, da saúde e da segurança social.

A sociedade providência não poderá, afinal, ser assistencialista, terá de garantir a cobertura justa dos riscos sociais. Eis os desafios perante os quais nos encontramos – num tempo em que a coesão, a confiança e a convergência social obrigam a que a administração da coisa pública seja orientada para a salvaguarda efetiva dos direitos e das responsabilidades sociais. E deve lembrar-se que a economia das pessoas envolve duas considerações – menos parcimónia no espírito cívico, mais sobriedade na salvaguarda dos interesses particulares. Numa palavra, a benevolência e a sobriedade coexistem em permanência e completam-se – não podendo esquecer-se esse facto na avaliação das respostas aos desafios sociais. Há, assim, tempos de atrofia dos valores públicos e tempos de exigência de um sentido mais comunitário. Hoje, estamos numa dessas circunstâncias, de mais solidariedade, depois de um tempo em que a especulação ocupou o espaço da criatividade.

As sociedades abertas caracterizam-se, pois, pelo equilíbrio entre o interesse e os valores éticos – do espírito cívico, da justiça, da equidade, da coesão e da confiança. A maior parte das vezes a economia concentra-se apenas na lógica do resultado material, apresentando propostas simplistas e contraditórias para a dignidade das pessoas. Mas «a contradição pode ser resolvida com melhor atenção à natureza especial da moralidade pública como fator».

A crise só pode ser superada se se combinar as medidas de austeridade com apoios europeus.

Os países europeus precisam de disciplina orçamental mas também precisam de crescimento económico e de justiça distributiva. No curto prazo as reformas estruturais têm um impacto negativo que é difícil de suportar pela população. É por isso necessário providenciar no sentido do estímulo económico.

A questão da sustentabilidade das finanças públicas e do Estado não é uma questão nova para o Tribunal de Contas.

Há muito que o TC, através da sua ação de controlo, vem insistindo para problemas vários, alertando para a necessidade urgente de reformas, incidindo, nomeadamente, sobre a própria organização da Administração Pública, sobre o endividamento público e os défices orçamentais que lhe estão na base.

Entre os domínios especialmente considerados, dado o seu impacto na despesa e na receita do Estado, destacam-se:

- Os encargos públicos, presentes e futuros, resultantes dos compromissos assumidos com os investimentos públicos efetuados com recurso às parcerias público-privadas (PPP) – (recorde que a primeira auditoria realizada pelo Tribunal sobre a matéria data de 1999);

- Os investimentos em equipamento militar em execução da Lei de Programação Militar;
- Em geral, as questões relacionadas com a contratação pública, dado o seu impacto nas finanças públicas de aproximadamente 25% a 30% da despesa pública, correspondendo a cerca de 15% do PIB;
- O modelo de gestão, financiamento e situação económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde, incluindo:
 - ⇒ A análise do desempenho de vários hospitais empresarializados;
 - ⇒ A avaliação sobre os eventuais ganhos em termos de eficiência e qualidade de serviço prestado;
 - ⇒ A identificação do seu défice financeiro e grau de endividamento, bem como de situações de não aproveitamento da capacidade produtiva e,
 - ⇒ As causas de constrangimento no acesso aos cuidados de saúde;
- A sustentabilidade dos regimes de proteção social, dando conta, nomeadamente:
 - ⇒ Dos custos, a médio e longo prazo, resultantes das sucessivas transferências para a Caixa Geral de Aposentações dos fundos e das responsabilidades com pensões do pessoal de várias empresas de capitais públicos;

- ⇒ Dos efeitos do processo de convergência gradual das pensões mínimas para o salário mínimo iniciado em 2003 ou do regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação (entretanto suspenso em Agosto de 2005);
- As operações de cessão de créditos tributários para efeitos de titularização e o seu impacto na receita e despesa do Estado;
- A evolução da “dívida não financeira do Estado” e a necessidade de serem desenvolvidas medidas de combate aos “Encargos Assumidos e Não Pagos”.

Por outro lado, o Tribunal de Contas tem estado também, particularmente atento aos fatores estruturais e tem alertado, sobretudo, para:

- A dimensão excessiva da economia paralela, afetando, de forma substancial, o crescimento económico e a cobrança fiscal, quer direta quer indiretamente, uma vez que coloca em causa a sobrevivência das empresas que funcionam num quadro competitivo legal;
- A composição demográfica da sociedade portuguesa – em particular, o envelhecimento relativo da população, originado quer pelo aumento da esperança de vida quer pela diminuição da fertilidade, o que se repercute profundamente nos sectores da Saúde, Segurança Social e da Educação;
- As situações de rigidez na despesa pública que ocasionam um “peso fiscal” restritivo das possibilidades de ganhos de competitividade do sector privado (produtivo) da economia;

Já em 2004 o Tribunal sublinhava que tais circunstâncias resultam não só de atrasos de iniciativas de incidência estrutural, mas também de fragilidades de orientação das políticas no passado (resultantes de fenómenos, frequentemente conjunturais mas com consequências de longo prazo, de natureza social, política e económica), e, com raízes mais recentes, das importantes dinâmicas transversais ocorridas ao longo das últimas décadas, que têm influenciado de forma determinante as transformações das sociedades contemporâneas e, que, necessariamente, condicionam as políticas públicas.

Em face da situação, o Tribunal recomendou que:

As medidas de política económica mais relevantes no contexto orçamental seriam seguramente as que incidissem diretamente sobre as condicionantes estruturais, nalguns casos a montante e noutros a jusante, tais como as que promovam:

- A redução da dimensão da economia paralela via combate à evasão fiscal;
- A criação de condições mais favoráveis à iniciativa empresarial;
- A redução do peso do Estado na economia;
- A reforma do sistema de ensino no sentido de ajustar o nível de oferta e de despesa, à eventual diminuição da procura – salvaguardando a prioridade à aprendizagem, à educação, à ciência e à cultura.
- O aperfeiçoamento das regras aplicáveis aos sistemas de segurança social, promovendo princípios de equidade e de sustentabilidade – numa lógica não assistencialista e de diferenciação positiva.

- A alteração do sistema de saúde, no sentido de obter maior eficiência a nível financeiro e da prestação de serviços.

Reformar o Estado Social significará não recuar na qualidade dos serviços públicos e na dignidade essencial de todos os cidadãos. Desde a frequência escolar, à qualidade da aprendizagem até às taxas de mortalidade infantil e à salvaguarda da cobertura dos riscos sociais para todos – não poderemos esquecer que a disciplina orçamental tem de se ligar à justiça. O combate ao desperdício também exige maior transparência orçamental. Como afirmou Edgar Morin: “um dos imperativos políticos do presente é tudo fazer para desenvolver conjuntamente o que aparece como antagonismo aos espíritos binários: a autonomia individual e a inserção comunitária” – em duas palavras a singularidade e a coesão.